

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 68 - Brasília, segunda-feira, 4 de setembro de 1995

Bezerra quer solução definitiva para as dívidas dos estados

Relator de três projetos de resolução sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador ouviu de Malan recomendação de um debate amplo dos pontos que inviabilizam governos estaduais



O vice-presidente Marco Maciel debateu a reforma política, sexta-feira, em conferência na Comissão Especial do Senado que estuda o tema, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Maciel defendeu o fim de dois turnos para as eleições estaduais e municipais. **Página 2**

A discussão da rolagem das dívidas dos estados constitui apenas um ponto de um problema que é bem maior e passa pela política monetária que o governo federal vem aplicando no país. A afirmação é do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, de três projetos de resolução que buscam uma solução definitiva para o problema das dívidas estaduais.



Carlos Bezerra

O senador tomou o café da manhã, na sexta-feira, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, de quem recebeu a garantia de que o debate deve ser amplo e abranger outros pontos que tornam inviáveis as administra-

ções de quase todos os Estados. O ministro e o senador concordam em que medidas paliativas já não interessam, pois apenas adiam a solução da questão estrutural.

Para Carlos Bezerra, além da rolagem da dívida, os estados estão enfrentando o comprometimento cada vez maior de suas arrecadações com o pagamento de despesas de custeio, muitas vezes antecipando receitas junto aos bancos e pagando juros altíssimos. Ele citou o exemplo do seu Estado, o Mato Grosso, que não conseguiu quitar nem 10% da folha de pagamento dos funcionários em julho.

Marina pede ação contra queimadas

Um crime ambiental que necessita de ações concretas de prevenção e repressão por parte das autoridades federais.

Assim a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou as queimadas que dominam o cenário amazônico nos meses de agosto e setembro.

Marina disse que essa prática tem comprometido seriamente a saúde das pessoas e colocado em risco as operações aeroportuárias.

Página 4

NESTA EDIÇÃO

Suplicy vê assalariado no prejuízo

Página 3

Jefferson aponta rombo nas receitas

Página 3

João França: demarcação avança em RR

Página 4

Comissão analisa propostas

Os limites do endividamento de estados e municípios, e as perspectivas para novos investimentos, serão discutidos em reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), realizará no dia 13, quarta-feira, às 10h, com a presença dos secretários estaduais de Planejamento.

Os secretários defendem a redução dos limites de endividamento impostos pela Resolução nº 11, de 1994, de forma a possibilitar aos Estados e Municípios a contratação de operações de crédito, a partir das quais possam expandir suas atividades. A pro-

posta seria de baixar de 11 para 7% o limite da receita que pode ser comprometido com novos empréstimos.

A Comissão está examinando no momento três projetos de resolução, de autoria dos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Esperidião Amin (PPR-SC) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), que modificam a Resolução nº 11, dentro do mesmo espírito das reivindicações dos secretários. A CAE já realizou, na semana passada, audiência com os secretários de Fazenda dos Estados e Municípios, também com o objetivo de recolher subsídios para a votação da matéria.

Rocha critica esvaziamento de bancos regionais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) criticou sexta-feira a despreocupação do governo federal com a concentração de renda, as desigualdades sociais e com o desequilíbrio geoeconômico, que na sua opinião, parece cada vez mais clara "diante do frenesi liberalista que pretende desarticular completamente a capacidade reguladora do Estado brasileiro".



Sebastião Rocha

Rocha acusou a política governamental de estar pondo a pique as mais tradicionais instituições financeiras públicas do país. Entre os prejudicados, o senador citou o Basa e o BNB, que ficarão sem suas redes de agências e limitados a representações nas capitais dos estados das regiões Norte e Nordeste.

Destacou Sebastião Rocha que o Basa ficaria com apenas 7 das atuais 101 agências. "Isso, na prática, é o fim do Basa, que perderia seu vínculo com a clientela mais carente, principalmente os pequenos e miniprodutores. Suas atividades estariam concentradas exclusivamente no atendimento às pessoas jurídicas, com tendência a apoiar as grandes empresas, o que representa uma contradição em relação às conquistas referentes à democratização do acesso aos fundos constitucionais para o financiamento do desenvolvimento regional", concluiu.



Na Comissão Especial, a conferência de Maciel foi ouvida por um grande número de senadores

Maciel debate reforma política

Em conferência no Senado, vice-presidente defende o fim dos dois turnos nas eleições estaduais e municipais, com revisão do sistema eleitoral

Convidado como conferencista para a primeira audiência pública da Comissão Especial do Senado que estuda a reforma político-partidária, o vice-presidente da República, Marco Maciel, defendeu sexta-feira o fim dos dois turnos nas eleições estaduais e municipais e uma profunda revisão no sistema eleitoral para reforçar a educação política da sociedade brasileira e solidificar a presença e o papel dos partidos políticos.

Presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a comissão especial da reforma partidária tem o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) como relator e um calendário de atividades pressionado pela necessidade de tentar definir a nova legislação eleitoral até o próximo dia 1º de outubro, caso os parlamentares decidam incluir as eleições municipais de 1996 já nas novas regras.

Após sua palestra, onde apre-

sentou um quadro amplo e com lastro histórico da evolução político-partidária brasileira, o vice Marco Maciel debateu os problemas partidários com os senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA), Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Hugo Napoleão (PFL-PI), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Roberto Arruda (DF), Edison Lobão (PFL-MA) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Rodovia pode ampliar integração com Mercosul

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da Comissão de Obras Inacabadas do Senado Federal, informou na sexta-feira, na cidade de Lages, que o governo de Santa Catarina, com a ajuda do Exército, deverá concluir em breve um trecho de cem quilômetros da BR-282, que liga aquele es-

tado à Argentina, possibilitando, segundo afirmou, "a integração definitiva do Brasil ao Mercosul".

- Esta rodovia, ao lado de outras obras nos estados do Sul, é de fundamental importância. Felizmente está implantada e só falta o asfalto - observou em entrevista ao *Jornal do Senado*, após

a vitória das obras da rodovia pela comissão, sexta-feira de manhã. O senador lembrou que há 35 anos era aguardada a conclusão do trecho para interligar seu estado à Argentina.

O presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), fez uma avaliação do que considerou "descalabro" em relação às obras inacabadas na região Sul.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

- 10h - Despacho interno.
- 14h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado.
- 15h - Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados.
- 18h - Missão Parlamentar da Comunidade Européia.

PLENÁRIO
14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões

3ª-feira (05.09.95)

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.094/95 - Conselho de Educação.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Contrabando causa rombo de US\$ 2 bilhões

Montante de evasão fiscal provocada pelo movimento diário de 800 ônibus e 35 mil pessoas que atravessam a Ponte da Amizade corresponde a um terço dos recursos pretendidos pela Saúde



Valmir Campelo

Valmir condiciona apoio ao IPMF para a Saúde

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) condicionou seu apoio ao retorno do extinto Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), com a receita destinada exclusivamente à área de saúde pública, caso o tributo "represente a garantia de um atendimento sério, eficiente e ágil para os usuários, sem qualquer discriminação". Nessas condições, ponderou, a medida será meritória e bem sucedida.

Valmir lembrou que o sistema de saúde pública no país está à beira do colapso, com hospitais desaparelhados, insuficientemente providos de pessoal, oferecendo um atendimento de péssima qualidade. Essa situação, salientou, fez prosperar no Brasil os chamados sistemas alternativos de saúde, como as cooperativas médicas, os planos de saúde e as empresas de medicina em grupo, entre outros.

Contudo, conforme o parlamentar petebista, esses sistemas não substituem o serviço estatal, que exige elevados investimentos para melhorar o atendimento oferecido "à imensa legião de excluídos da sociedade brasileira".

Rombo de R\$ 2 bilhões anuais na Receita Federal causado pelo "contrabando que se desenvolve de forma escancarada na fronteira entre Brasil e Paraguai, representando um terço dos recursos pretendidos pelo ministro da Saúde, Adib Jatene", foi denunciado sexta-feira pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

Dizendo ter como base investigações sigilosas desenvolvidas por empresários da Zona Franca de Manaus, o senador amazonense revelou que 800 ônibus por dia, em média,

transportam 35 mil pessoas que atravessam a Ponte da Amizade, em busca de produtos estrangeiros no Paraguai.

As compras efetuadas por esse contingente de brasileiros, segundo o parlamentar, Jefferson Peres atingem a soma mensal de R\$ 200 milhões, enquanto os atacadistas se responsabilizam por compras em volume quatro vezes superior.

Peres disse que teve a intenção de pedir a criação de uma



Jefferson Peres

CPI para analisar o prejuízo que o país vem sofrendo com o contrabando, mas desistiu devido à sobrecarga de trabalhos no Congresso Nacional.

APOIO A FHC

Jefferson Peres manifestou em nome de seu partido, o PSDB, apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao referir-se ao reconhecimento de culpa pelo governo no caso dos desaparecidos políticos durante o regime militar.

Jucá denuncia crise na Receita Federal

A principal organização arrecadadora do país, a Secretaria da Receita Federal, pode estar passando por uma profunda crise. Esta foi a advertência feita sexta-feira pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), dizendo ter como base a assertiva de vários especialistas nacionais e estrangeiros.

- Não obstante expressivas demonstrações de eficiência representadas por sucessivas quebras de recordes de arrecadação, para falar só do período de 1993 para cá, a análise mais detida da organização revela carências merecedoras dos melhores cuidados do governo.

Jucá chamou a atenção para a falta de planejamento de metas e de objetivos de médio e longo prazo; a falta de uma política de recursos humanos e a precariedade dos sistemas de informações, fatores que, aliados à falta de continuidade no comando da organização, vêm prejudicando seriamente o funcionamento da Receita Fed-



Romero Jucá

ral.

O parlamentar procurou, no entanto, destacar o trabalho desenvolvido pelo atual secretário, Everardo Maciel, "técnico experiente, de formação e reputação das melhores de nosso país."

No que diz respeito aos recursos humanos, classificou a situação da Receita Federal de dramática: "Para se ter uma idéia, em 1969 havia 13 mil fiscais. Hoje, há cerca de 6.200, sendo 1.024 nos serviços aduaneiros e cerca de 1.600 na fiscalização externa do imposto de renda, IPI e contribuições sociais."

BANCOS REGIONAIS

Em outro pronunciamento, falando como líder do PFL, Romero Jucá criticou o que considera falta de empenho do governo federal em combater os desequilíbrios regionais, ameaçando fechar as redes de agências do Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa).



Eduardo Suplicy

Suplicy teme prejuízos aos salários

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), advertiu sexta-feira que a reforma tributária pretendida pode prejudicar os salários menores, com a instituição da quota única de 15 por cento para o imposto de renda de pessoa física.

Na sua opinião, o Congresso Nacional deve examinar com cuidado a proposta do governo, tendo em consideração o dispositivo constitucional que dispõe sobre a erradicação da miséria.

O parlamentar observou que o Brasil é campeão mundial das desigualdades sociais. Para ele, a reforma tributária deveria garantir que os ricos pagassem mais, e os pobres, menos.

Marina defende ação federal contra queimadas na Amazônia

Crime ambiental na região necessita de ações concretas de prevenção e repressão por parte das autoridades, diz senadora

As queimadas que dominam o cenário amazônico nos meses de agosto e setembro, em função da estiagem, foram denunciadas pela senadora Marina Silva (PT-AC) como um crime ambiental que necessita de ações concretas de prevenção e repressão por parte das autoridades federais.

Segundo a senadora acreana, essa prática, que no passado constituía-se em um fenômeno cultural, tem comprometido seriamente a saúde das populações, com expressiva elevação da incidência de moléstias bronco-respiratórias. Marina registrou ainda que a fumaça tem colocado em risco

até mesmo as operações aeroportuárias, com a redução da visibilidade para os procedimentos de pouso e decolagem das aeronaves que atendem a região.

Marina Silva pediu que o governo federal adote as providências que lhe competem, punindo os responsáveis por esse "crime ecológico" e desenvolvendo paralelamente campanhas preventivas de conscientização ambiental. A senadora considera a prática de queimadas um "desrespeito à vida e à natureza", capaz de promover ainda a degradação da qualidade da terra para agricultura e pastoreio.



Marina Silva



Lauro Campos

Lauro lembra trajetória de Florestan

A vida e a obra do sociólogo Florestan Fernandes, desde sua origem humilde, como padreiro, até sua consagração como um dos maiores intelectuais de nosso tempo, foram exaltadas sexta-feira pelo senador Lauro Campos (PT-DF).

Florestan, segundo Lauro Campos, não se revoltou contra a exclusão que sofreu, na infância e juventude, como trabalhador pobre e, já nos anos 40, traduzia as obras de Marx, trotskista que foi, compondo o grupo intelectual que influenciou gerações, na Editora Flama.

Foi o sociólogo que previu, décadas atrás, a falência do modelo tecnoburocrático soviético, pois sabia que os desvios cometidos por aquela potência a distanciariam do socialismo democrático.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) solidarizou-se à homenagem e destacou a postura intelectual de Florestan pelo "corte epistemológico na tradição do sistema positivista" e sua "negação à imposição do pensamento idealista".

Demarcação toma 65% das terras de Roraima

O senador João França (PP-RR) destacou sexta-feira que 65% das terras de Roraima estão atualmente destinadas a indígenas, ao demonstrar sua preocupação com a demarcação de outra reserva, dentro do Estado, para os índios Way Way, sobre a qual encaminhou ofício pedindo uma posição ao ministro da Justiça, Nelson Jobim.

França atribuiu os conflitos de terra, na região Norte de seu estado, aos "interesses mesquinhos defendidos pela Igreja Católica de Roraima e pelas missões religiosas, palco de mortes e intrigas". Ele disse que nos 9,4 milhões de



João França atribuiu conflitos a interesses defendidos pela Igreja

hectares ocupados por 3.860 índios Ianomani existem 290 missionários, todos estrangeiros.

A senadora Marina Silva (PT-AC), em aparte, defendeu a demarcação de terras indígena-

nas, argumentando que só são lembradas as grandes extensões de terra a elas reservadas, mas nunca os latifundiários, os grileiros, que detêm, na Amazônia, fazendas superiores a 1 milhão de hectares.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo

Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia

Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congres-

so Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.